



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO LICITATÓRIO 122/PMJB/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 010/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 82.925.652/0001-00, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº. 89, Centro, São João Batista (SC), de conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Municipal 3.165, de 05 de maio de 2009, na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº 005/2018**, do tipo **MAIOR OFERTA**, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus anexos e no termo de permissão de uso, cujos termos, igualmente, o integram.

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS ATÉ

DIA: 24/09/2018 - HORA: 8h45min

INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES

DIA: 24/09/2018 - HORA: 9h

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

I - DO OBJETO

O objeto da presente licitação do tipo **MAIOR OFERTA** é a O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO MAIOR OFERTA É A PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO SITUADO NA PRAÇA CAPITÃO AMORIM, COM ÁREA LIMITADA DE 150M², A TÍTULO ONEROSO, DE UM KIOSQUE COM BANHEIROS PÚBLICOS, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇO DE LANCHONETE NESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 3196 DE 25 DE AGOSTO DE 2009.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

II - DA APRESENTAÇÃO

1. Os interessados deverão apresentar, até a data e hora do recebimento, 02 (dois) envelopes, lacrados e numerados, em cuja parte externa deverá constar:

Envelope nº 1
Qualificação Prévia
Razão Social: _____
Licitação: TOMADA DE PREÇO nº. 010/PMSJB/2018
Licitante: Prefeitura Municipal São João Batista (SC)
Endereço: Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Bairro: Centro - São João Batista (SC) - CEP: 88.240-000

2. No caso de participação de empresa filial, deverá apresentar-se com o seu CNPJ próprio;

3. O envelope de nº 1 deverá conter a documentação para a habilitação e o de nº 2, a proposta comercial;

4. Encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações à documentação ou às propostas.

5. Após a abertura do envelope nº 1, proceder-se-á, imediatamente, à abertura do envelope nº 2, desde que ocorra desistência expressa, por parte de todos os licitantes, da interposição de recurso.

III - DA HABILITAÇÃO

Documentos necessários à habilitação Pessoa Jurídica:

1 - Habilitação Jurídica

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos referente às eleições de seus administradores.

2 – Regularidades Fiscal e Previdenciária

a) Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal ou no Cadastro de Pessoas Físicas da mesma entidade (CPF), se a empresa é individual;

b) Certidão Negativa Conjunta de **regularidades fiscal e previdenciária** perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/14), com validade na data da apresentação. Somente será aceita a Certidão Negativa de Débito obtida através da INTERNET, ou fotocópia autenticada;

c) Certificado de Regularidade de Situação - CRS, relativo ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

d) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

e) Certidão Negativa de Débitos do Município sede da empresa, **bem como do Município de São João Batista;**

Para obter a Certidão Negativa de Débitos do Município de São João Batista/SC, a empresa interessada poderá solicitar da seguinte forma:

Telefone: (48) 3265-0195 - ramal 247 – Setor de Tributos;

Através do ícone “Serviço para a empresa” no site do Município: www.sjbatista.sc.gov.br (para usuários já cadastrados no Município).

* *A Certidão Negativa de Débitos do Município de São João Batista/SC deve ser solicitada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas sob pena de não ser entregue em tempo para a licitação.*

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.

3 – Declaração

a) Na condição de representante legal da empresa.....(nome da pessoa jurídica), CNPJ nº....., sob as penas da lei, declaro(amos), nos termos a Lei nº 954, de 27/10/99, que acrescenta o inciso V ao art. 27 nº 8666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações que a citada empresa respeita a "proibição" de qualquer trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; (CF, art. 7º XXXIII).

OBSERVAÇÕES:

1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, devendo os mesmos documentos, obrigatoriamente, ser anexados ao processo licitatório.
2. Caso a empresa proponente não apresente os documentos em cópias autenticadas, deverá entregar em fotocópias e apresentá-las juntamente com os originais na Comissão Permanente de Licitação, para a autenticação desses documentos;

IV - DA PROPOSTA COMERCIAL

A proposta deverá ser elaborada e apresentada da seguinte forma:

1. Apresentação Externa: a proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, em envelope opaco fechado, de forma a não permitir a sua violação, contendo proposta, constando na parte frontal as seguintes indicações:

Envelope nº 2
Proposta
Razão Social: _____
Licitação: TOMADA DE PREÇO nº. 010PMSJB/2018
Licitante: Prefeitura Municipal São João Batista (SC)
Endereço: Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Bairro: Centro - São João Batista (SC) - CEP: 88.240-000

2. Apresentação Interna: A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa (contendo razão social completa), datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

entrelinhas, em 01 (uma) via, observando-se por item a ordem estabelecida no Anexo I do referido edital.

3. O prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de abertura da licitação.

4. Consignar em moeda corrente nacional, o valor da permissão do espaço físico, que deverá ser recolhido mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente ao da ocupação, mediante boleto bancário, **começando no dia 1º de outubro de 2018.**

5. Para fins de referência o valor mínimo da permissão de uso será de acordo com as especificações abaixo:

5.1. Praça Capitão Amorim - será de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) mensais e as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, consumo de água, de limpeza e manutenção dos sanitários, bem como encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da atividade a ser desenvolvida no local.

5.2. Para efeitos legais serão consideradas as propostas datadas, devidamente subscritas e rubricadas, que não contenham emendas ou rasuras, não sendo aceitas propostas alternativas de preços oferecidas pelo mesmo licitante.

V - DO PREÇO:

1. A proposta deverá conter o preço unitário e total, em moeda corrente, incluso impostos, taxas, fretes, seguros ou quaisquer outros gastos, que venham a incidir, sob pena de desclassificação da proposta;

2. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceite pela Comissão de Licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3. As microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrarem como tal e desejarem obter benefícios da Lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a Certidão Simplificada vigente, comprovando o enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida pelo órgão JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina), juntamente com a proposta.

4. Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta escrita de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.

5. A microempresa e empresa de pequeno porte, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que a mesma tenha representante no ato do julgamento das propostas. Se não tiver representante, será notificada via e-mail, para que exerça ou não o direito de redução do valor de sua proposta, no prazo de 02 (dois) dias corridos.

6. Se a microempresa e empresa de pequeno porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor. (Art. 45, I, da LC 123/2006).

7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e empresas de Pequeno Porte no intervalo de 10%, será realizado o sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta (Art. 45, III, da LC 123/2006), sendo que as mesmas deverão estar presentes no ato da abertura das propostas, não havendo representantes para o referido sorteio a Comissão permanente de Licitação fará o sorteio.

8. Os preços serão fixos e irrevogáveis, sendo permitido reajuste somente, quando ocorrer alteração de preços por determinação legal do Governo Federal ou órgão competente ou em decorrência da contratação será reajustado anualmente de acordo com a variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo);



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

VI. DA EXECUÇÃO E PRAZO

1. O permissionário não poderá transferir, subconceder, emprestar, locar no todo ou em parte o objeto da permissão, devendo o uso ser restrito à finalidade constante do respectivo contrato de adesão, sob pena de revogação imediata da permissão, sem direito à retenção e indenização.
2. A permissão de uso será outorgada a título precário, no prazo de **05 anos**, prorrogáveis por igual período por interesse das partes, através de termo de adesão.

VII - DO JULGAMENTO

1. As propostas serão apreciadas pela Comissão Permanente de Licitação;
2. A Comissão desclassificará as propostas que conflitarem com o presente Edital e seus Anexos, fará a classificação das demais, por ordem decrescente de preços, e declarará vencedora aquela que consignar a maior oferta pela permissão de uso da área física, atendidas as disposições do artigo 48, II, da Lei nº 8.666/93;
3. Em caso de empate, será realizado sorteio, em ato público, na forma do art. 45, parágrafo 2º, dessa Lei;
4. Para fins de julgamento será considerada vencedora a proposta que apresentar a **MAIOR OFERTA**, uma vez atendidas às condições do Edital.

VIII - DA ADJUDICAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

1. Os atos de Classificação, Homologação e Adjudicação serão publicados no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2. A convocação do licitante vencedor será procedida por meio de Notificação, via correio com Aviso de Recebimento para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o instrumento de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

IX - DO PAGAMENTO

A proposta comercial deverá observar as seguintes condições:

1. Consignar em moeda corrente nacional, o valor da permissão do espaço físico, que deverá ser recolhido mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente ao da ocupação, mediante boleto bancário, iniciando no dia **1º de outubro de 2018**.

2. Para fins de referência o valor mínimo da permissão será de acordo com as especificações abaixo:

2.1. Praça Capitão Amorim - será de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) mensais e as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, consumo e água, de limpeza e manutenção dos sanitários, bem como cargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da atividade a ser desenvolvida no local.

2.2. No caso do permissionário atrasar 03 (três) parcelas mensais, a mesma perde o direito da permissão do bem público.

X - DO REAJUSTE DE PREÇO

1. O valor da Permissão de Uso, em decorrência da contratação, será reajustado anualmente de acordo com a variação acumulada do IPCA, ou qualquer outro índice a ser adotado pelo Governo Federal, podendo ainda, a incidência do reajuste ocorrer em períodos menores, caso admitirem os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2. O atraso no pagamento da contraprestação e demais encargos, implicará na aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da fatura, além de juros de 0,1% (zero vírgula um) ao dia, independentemente da possibilidade de rescisão contratual.

XI - DOS RECURSOS

Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

XII - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

Na inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a PERMISSIONÁRIA estará sujeita à aplicação de multa correspondente a 10% do valor do contrato atualizado, bem como de 0,1% do valor por dia de atraso, e ainda responderá a processo administrativo na Instituição. Neste caso, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, que vão desde multa e suspensão temporária à proibição de participar de licitações e contratos com a Prefeitura, por um período não superior a 02 (dois) anos, independentemente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em Lei e reconhecidos os direitos da Administração, previstos no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A licitação poderá ser revogada em qualquer de suas fases, por motivos de oportunidade e conveniência administrativa, devidamente justificados, sem que caiba aos respectivos participantes direito a reclamação ou indenização;

2. A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral ou irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte integrante, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3. Após a reunião de abertura dos envelopes será lavrada ata circunstanciada, que registrará os fatos ocorridos, inclusive eventuais reclamações que interessarem ao julgamento da licitação;

4. As dúvidas suscitadas na interpretação do presente Edital serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitação.

São João Batista, 03 de setembro de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Secretária de Administração, designada pelo decreto funcional 580/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente licitação do tipo **MAIOR OFERTA**, é a O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO MAIOR OFERTA É A PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO SITUADO NA PRAÇA CAPITÃO AMORIM, COM ÁREA LIMITADA DE 150M², A TÍTULO ONEROSO, DE UM KIOSQUE COM BANHEIROS PÚBLICOS, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇO DE LANCHONETE NESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 3196 DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

2. OBRIGAÇÃO DO PERMISSIONÁRIO

2.1. O permissionário se obriga a utilizar a área descrita única e exclusivamente para exploração comercial de serviço de lanchonete na Praça Capitão, Centro, sendo que antes da instalação deverá submeter o projeto da futura instalação para aprovação dos órgãos competentes do PERMITENTE, que poderá anuir ou não com sua execução.

2.2. A presente permissão não poderá, sob nenhuma hipótese ou pretexto, transferir, subconceder, emprestar, locar, no todo ou em parte o objeto da permissão, devendo o uso ser restrito à finalidade constante do respectivo termo de adesão, sob pena de revogação imediata da permissão, sem direito à retenção e indenização;

2.3. Não serão admitidos, na área a que se refere este termo, nenhum outro tipo de serviço pelo permissionário, exceto se previamente autorizados pelo PERMITENTE;

2.4. O permissionário obriga-se a manter o local, objeto deste instrumento, em perfeito estado de conservação, bem como em seus arredores, em perfeitas condições de funcionamento, segurança, disciplina e respeito, não podendo utilizá-lo senão para o exercício do ramo de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

atividade proposto, responsabilizando-se pelas exigências dos Poderes Públicos a que der causa;

2.6. Todos os produtos a serem comercializados no estabelecimento, refeições, lanches e/ou outros produtos de Lanchonete/Cantina, deverão obedecer às normas municipais de posturas, saúde e demais determinações legais;

2.6. Responsabilizar-se-á o Permissionário a instalação de energia elétrica e instalação de água no referido estabelecimento de sua atividade comercial, a remuneração mensal estabelecida neste edital, às despesas relativas ao consumo de energia elétrica, consumo de água, limpeza e manutenção dos sanitários, bem como os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da atividade a ser desenvolvida no local;

2.7. O permissionário fica obrigado a realizar a manutenção de pintura do estabelecimento, sendo que deverá realizar-se sempre que necessário;

2.8. O permissionário arcará com os tributos e outras despesas que venham ou possam vir a ocorrer em decorrência das instalações e benfeitorias que eventualmente venha a realizar, bem como com as obrigações legais decorrentes de suas atividades.

2.9. O permissionário compromete-se a atender todas as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais, naquilo que lhe possa ser exigido em decorrência de suas atividades específicas;

2.10. Ficam os permissionários, enquanto vigorar a presente permissão, obrigados a observar rigorosamente as condições nela estabelecidas, bem como a responder por todos os danos ou prejuízos que por sua responsabilidade forem causados ao patrimônio do PERMITENTE.

3. RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA

São Obrigações da Prefeitura:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- a) colocar a disposição da PERMISSIONÁRIA, nos termos estabelecidos do Termo de Permissão de Uso, o espaço físico objeto do edital, de acordo com o Anexo I;
- b) apresentar à PERMISSIONÁRIA fatura relativo ao valor do aluguel.
- c) acompanhar o desenvolvimento das atividades, verificando o cumprimento do termo de permissão de uso;
- d) proceder à fiscalização e o acompanhamento das atividades objeto da contratação, através de servidor ou outro preposto por ela indicada.

4. PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

- a) O termo de permissão de uso terá prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir do dia **1º de outubro de 2018**, podendo ser prorrogado por igual período, a vista da manifestação favorável da Administração;
- b) Não havendo interesse de uma das partes na prorrogação do termo de adesão, deverá ser formalizada desistência com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da contratação;
- c) Antes do término da contratação, a PERMISSIONÁRIA fica obrigada a sanar possíveis pendências trabalhistas, em relação a salários, férias, aviso prévio, contribuições previdenciárias e trabalhistas, dos empregados que trabalhavam no local objeto da contratação;
- d) Findo o prazo contratual, a PERMISSIONÁRIA terá 48 (quarenta e oito) horas para desocupar o espaço físico.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO Nº...../2018

TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA S/C E

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 82.925.652/0001-00, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº. 89, Centro, São João Batista (SC), neste ato representado pela Secretária de Administração, designada pelo decreto funcional 580/2017, Rosane Sartori Rosa, doravante denominada **PERMITENTE**, e....., inscrita no CNPJ nº, com sede na Rua, nº, município de, CEP:, neste ato representado por, doravante denominado **PERMISSIONÁRIO**, firmam o presente Termo de Permissão de Uso, de acordo com o Processo de Licitação nº, com sujeição às normas emanadas da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, às disposições estabelecidas no Edital de Tomada de Preço nº 010/PMSJB/2018 e nas complementações a elas integradas, aos termos da proposta vencedora e sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente licitação do tipo **MAIOR OFERTA** é a O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO MAIOR OFERTA É A PERMISSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO SITUADO NA PRAÇA CAPITÃO AMORIM, COM ÁREA LIMITADA DE 150M², A TÍTULO ONEROSO, DE UM KIOSQUE COM BANHEIROS PÚBLICOS, PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE SERVIÇO DE LANCHONETE NESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A LEI Nº. 3196 DE 25 DE AGOSTO DE 2009.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO

2.1. O permissionário se obriga a utilizar a área descrita única e exclusivamente para exploração comercial de serviço de lanchonete na Praça Capitão Amorim, no bairro Centro;

2.2. A presente permissão não poderá, sob nenhuma hipótese ou pretexto, transferir, subconceder, emprestar, locar, no todo ou em parte o objeto da permissão, devendo o uso ser restrito à finalidade constante do respectivo termo de adesão, sob pena de revogação imediata da permissão, sem direito à retenção e indenização;

2.3. Não serão admitidos, na área a que se refere este termo, nenhum outro tipo de serviço pelo permissionário, exceto se previamente autorizados pelo PERMITENTE;

2.4. O permissionário obriga-se a manter o local, objeto deste instrumento, em perfeito estado de conservação, bem como em seus arredores, em perfeitas condições de funcionamento, segurança, disciplina e respeito, não podendo utilizá-lo senão para o exercício do ramo de atividade proposto, responsabilizando-se pelas exigências dos Poderes Públicos a que der causa;

2.5. Todos os produtos a serem comercializados no estabelecimento, refeições, lanches e/ou outros produtos de Lanchonete/Cantina, deverão obedecer às normas municipais de posturas, saúde e demais determinações legais;

2.6. Responsabilizar-se-á o Permissionário a instalação de energia elétrica e instalação de água no referido estabelecimento de sua atividade comercial, além da remuneração mensal estabelecida neste edital, às despesas relativas ao consumo de energia elétrica, consumo de água, limpeza e manutenção dos sanitários, bem como os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, decorrentes da atividade a ser desenvolvida no local;

2.7. O permissionário fica obrigado a realizar a manutenção de pintura do estabelecimento, sendo que, deverá realizar-se sempre que necessário;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.8. O permissionário arcará com os tributos e outras despesas que venham ou possam vir a ocorrer em decorrência das instalações e benfeitorias que eventualmente venha a realizar, bem como com as obrigações legais decorrentes de suas atividades;

2.9. O permissionário compromete-se a atender todas as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais, naquilo que lhe possa ser exigido em decorrência de suas atividades específicas;

2.10. Ficam os permissionários, enquanto vigorar a presente permissão, obrigados a observar rigorosamente as condições nela estabelecidas, bem como a responder por todos os danos ou prejuízos que por sua responsabilidade forem causados ao patrimônio do PERMITENTE.

2.11. O permissionário submeterá o projeto da futura instalação para aprovação dos órgãos competentes do PERMITENTE, que poderá anuir ou não com sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4. Em relação à fiscalização do contrato:

4.1. Durante a vigência desta permissão, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo PERMITENTE.

4.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do permissionário, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da permitente ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRAS

5. Se houver a necessidade de realizar benfeitorias no local, os permissionários submeterão o projeto à aprovação dos órgãos competentes do PERMITENTE, que poderá anuir ou não com sua execução.

Parágrafo único. O PERMITENTE não indenizará quaisquer benfeitorias realizadas, seja a que título for à decorrência da presente permissão de uso. Em caso de revogação da permissão, as instalações e benfeitorias existentes na área serão de exclusiva propriedade do PERMITENTE, sendo revertidas para seu patrimônio e nele incorporadas sem nenhum tipo, forma ou valor de ressarcimento para os permissionários.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

A proposta comercial deverá observar as seguintes condições:

6.1. Consignar em moeda corrente nacional, o valor da permissão do espaço físico, que deverá ser recolhido mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente ao da ocupação, mediante boleto bancário.

6.2. Para fins de referência o valor de **maior oferta** da permissão será de R\$(.....).

6.3. No caso do permissionário atrasar 03 parcelas mensais, a mesma perde o direito da permissão do bem público.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Os permissionários ficam obrigados ao pagamento de uma multa moratória, no caso de mora, e a uma multa compensatória, no caso de inadimplemento ou violação a qualquer disposição desta permissão de uso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

§ 1º A multa moratória será o equivalente a dois por cento do valor da contraprestação vencida atualizada e acrescida de juros à razão de um por cento ao mês, incidindo uma única vez por ocasião do pagamento do débito.

§ 2º A multa compensatória será o equivalente a cinco vezes o valor descrito na cláusula terceira deste termo.

§ 3º As multas previstas neste contrato são devidas sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades dos contratantes, e sem prejuízo da revogação deste instrumento.

7.2. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Contratante, as sanções administrativas aplicadas à PERMISSIONÁRIA serão:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão Temporária para participar de Licitações e impedimento de contratar com o Município de São João Batista S/C;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) O Contrato será rescindido pela Contratante, caso ocorra qualquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

7.3. Considerar-se-á justo motivo para rescisão do termo de permissão de uso pela contratante:

- a) a suspensão ou paralisação do objeto da PERMISSIONÁRIA.
- b) a incidência de irregularidade notificada pela autoridade competente de Saúde Pública por mais de duas vezes durante a execução contratual;
- c) o atraso, por parte da PERMISSIONÁRIA, em até 03 (três) meses de pagamento da contraprestação mensal.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

8. A presente permissão não poderá, sob nenhuma hipótese ou pretexto, transferir, subconceder, emprestar, locar, no todo ou em parte o objeto da permissão, devendo o uso



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ser restrito à finalidade constante do respectivo termo de adesão, sob pena de revogação imediata da permissão, sem direito à retenção e indenização.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto nesta cláusula caracterizará inexecução do termo de permissão de uso, ficando neste caso a PERMISSIONÁRIA sujeita às penalidades fixadas na cláusula quinta supra, independentemente da possibilidade de rescisão das condições pactuadas.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

- a) O termo de permissão de uso terá prazo 05 (cinco) anos, contados a partir do dia **1º de outubro de 2018**, podendo ser prorrogado, a vista da manifestação favorável da Administração;
- b) Não havendo interesse de uma das partes na prorrogação do termo de adesão, deverá ser formalizada desistência com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da contratação;
- c) Antes do término da contratação, a PERMISSIONÁRIA fica obrigada a sanar possíveis pendências trabalhistas, em relação a salários, férias, aviso prévio, contribuições previdenciárias e trabalhistas, dos empregados que trabalhavam no local objeto da contratação;
- d) Findo o prazo contratual, a PERMISSIONÁRIA terá 48 (quarenta e oito) horas para desocupar o espaço físico.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇO

10.1. O valor da permissão de uso, em decorrência da contratação, será reajustado anualmente de acordo com a variação acumulada do IPCA, ou qualquer outro índice a ser adotado pelo Governo Federal, podendo ainda, a incidência do reajuste ocorrer em períodos menores, caso admitirem os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.2. O atraso no pagamento da contraprestação e demais encargos, implicará na aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da fatura, além de juros de 0,1% (zero vírgula um) ao dia, independentemente da possibilidade de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São João Batista para a resolução judicial dos conflitos decorrentes desta permissão de uso.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São João Batista, _____ de _____ de 2018.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIO

1ª. Testemunha _____

2ª. Testemunha _____